

UMA REFLEXÃO PARA ALÉM DO FENÔMENO: AS OBSCURIDADES DOS “MARES VERDES” DOS CANAVIAIS

AUTORES

Ane Carolina Gonçalves FERNANDES

Discente UNILAGO

Jean Paulo Pereira de MENEZES

Docente UNILAGO

RESUMO

Esta pesquisa é o resultado de um artigo acadêmico iniciado em 2011 na cidade de São Jose Do Rio Preto, onde, tem por objetivo propor a reflexão sobre as obscuridades imbuídas nos canaviais no âmbito do sistema Capitalista, utilizando a perspectiva crítica materialista histórica dialética de Karl Marx e Friederich Engels

PALAVRAS-CHAVE

praxis, canaviais, trabalhadores rurais

1. INTRODUÇÃO

Somos livres? Esta pergunta faço todos os dias quando acordo e, às vezes me pergunto o porque a pergunto. Redundante não, pois é, acho que o mundo é assim, TOTALMENTE REDUNDANTE.

Se formos ao dicionário mais visto e elogiado pelos críticos burgueses, o Aurélio, ele vai nos trazer uma concepção da palavra mundo um pouco equivocada do que realmente é. Segundo este depósito de letras e significados, a concepção se concretiza pelo seguinte modo:

“mundo sm. 1. A Terra e os astros considerados como um todo organizado; o Universo. 2. Qualquer corpo celeste. 3. A Terra e os seres que a habitam. 4. O gênero humano. 5. A vida no século, no mundo. 6. Classe social. 7. Bras. V. quantidade (2).” (AURÉLIO, 1985,p.326)

Como podemos observar, este “importante livro” nos traz um significado vazio, irreflexivo. O mundo, o universo é algo bem mais complexo e detalhado; Transcende a questão de gênero, classe social, barreiras geográficas, pragmáticas, quantitativas existentes, e não é um dicionário ou outra obra pelega capitalista qualquer que nos faz utilizar a práxis, a VERDADEIRA PRÁXIS, aquela que nos faz passar por um processo reflexivo e chegar a um ato não alienado.

Adolfo Sánchez Vázquez distingue em seu livro “Filosofia da práxis” da editora expressão popular a diferença entre a prática cotidiana, aquela que tem um “sentido estritamente utilitário que tem expressões como estas: “homem prático”, “resultados práticos”, “profissão muito prática”, etc.” (VÁZQUEZ, 2007, p.28) com a real práxis. Como o mesmo conceitua:

“inclinamo-nos pelo termo práxis para designar a atividade consciente objetiva, sem que, por outro lado, seja concebida com o caráter estritamente utilitário que se infere do significado do “prático” na linguagem comum.” (VÁZQUEZ, 2007, p.28)

Como podemos observar, generalizar termos e significados é algo bem oportuno ao sistema burguês. Não é interessante nem viável ao Capitalismo ter seres humanos conscientes, críticos que buscam através das apresentações fenomenológicas a essência da coisa. Es-

sas indagações sociológicas nos fazem estagnar diante das questões sociais.

Os meios de comunicação de massa juntamente com os grandes donos dos meios de produção e não se esquecendo do Estado, obtêm grande parcela de culpabilidade por essa inércia, pela disseminação de ideais falsos, repugnantes e alienantes, que trazem através de lindas palavras como liberdade, igualdade, fraternidade gestos de “solidariedade”, imbuindo assim a obscuridade do grande Capital.

Nesta sociedade vexatória, a falsa liberdade lutada pelos pensadores iluministas fica na mão de uma minoria que detém a maior parte da renda mundial. O individualismo, consumismo e tantos outros “ismos” inseridos nas mentes dos indivíduos do planeta através de artifícios bem engenhados pelos burgueses e seus “discípulos”, ficou e está tão arraigada que os interesses coletivos ficaram a margem das discussões em roda, dos debates com os amigos e pior a política atualmente é tida como algo não discutível, pois, como diz o ditado: “Política, religião e futebol não se discute.”

Isto para a real emancipação humana, para a concretização da verdadeira liberdade, é inadmissível. Onde está a dialética? Onde estão os interesses coletivos para obtenção de uma sociedade realmente justa, igualitária, sem exploração? Estes interesses existem, mas se oprimem, sufocam-se quando surgem.

A massa populacional está tão alienada, tão cansada, tão explorada pelos capitalistas, que quando surgem indivíduos com idéias realmente de cunho coletivo e justo elas simplesmente preferem dizer que os mesmos são idealistas, sonhadores e pior, que esta realidade defendida pelos “materialistas prático, isto é, para os comunistas.” (MARX E ENGELS, 2009, p.36), nunca irá acontecer, ou seja, percebemos neste discurso reacionário a existência da verdadeira intencionalidade burguesa.

2. OBJETIVOS

Nossa pesquisa possui, por objetivo geral, entender as possíveis conseqüências geradas através da mecanização do corte de cana no âmbito social dos trabalhadores pertencentes a essa realidade e

através disto, poder elaborar dados e teorias que possam ajudar no processo interventivo. Entre os objetivos específicos elencamos: a) Desenvolver um levantamento teórico- bibliográfico e, b) Contribuir de forma sistemática, dados e teorias críticas, levantados ao longo da pesquisa para possível análise da essência fenomenológica do tema.

3. METODOLOGIA

Quando escolhemos o caminho de uma pesquisa bibliográfica, iniciamos considerando as grandes dificuldades de tal procedimento qualitativo, onde, se elenca a leitura de fontes textuais para além de levantamentos histórico-bibliográficos. Buscamos, mesmo inicialmente, apresentar uma leitura imanente dos textos e a partir deles desenvolver nossas considerações específicas de nosso objeto de investigação. Portanto, nosso trabalho se preocupou em desenvolver uma pesquisa bibliográfica acerca do tema, percorrendo parte dos caminhos de algumas referências teóricas e metodológicas nos quais apresentamos de forma sistemática ao final deste texto.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1 A reflexão para além dos fenômenos

A consciência individual e coletiva obtida no cotidiano fica a mercê dos dogmas, deixando a grande massa estagnatária com as reflexões no âmbito do censo comum. Marx e Engels no livro “A Ideologia Alemã” em um determinado momento, nos traz uma reflexão de como a consciência humana é de suma importância para as atitudes práticas, práxis da vida, nos tirando assim da inércia que nos impede de sermos seres ontologicamente pensadores; Ao mesmo tempo em que estes grandes filósofos justificam o porquê que essa inércia impera.

“A consciência [das Bewusstsein], nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente [das bewusste Sein], e o ser dos homens é o seu processo real da vida.” (MARX E ENGELS, 2009, p. 30). Portanto:

“A consciência é, pois, logo desde o começo, um produto social, e continuará a sê-lo enquanto existirem homens. A consciência natu-

ralmente começa por ser apenas consciência acerca do ambiente sensível mais imediato (...), ao mesmo tempo, consciência da natureza, a qual em princípio se opõe aos homens como um poder completamente alienado [fremde], todo poderoso e inatacável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e pelo qual se deixam amedrontar como animais (...).” (MARX E ENGELS, 2009, p. 44)

Diante destas afirmações nos encontramos em grandes dilemas que fazem parte das questões sociais presentes em nosso momento histórico atual. Como ser consciente em uma sociedade exploratória, que subvertem os homens o direito a ser livre, de suprir suas necessidades básicas, de se reconhecerem no trabalho exercido? É um exercício árduo, porém, necessário para que possamos entender o contexto sócio-histórico em que estamos inseridos. Se nós, trabalhadores e demais marginalizados pelo mercado burguês, nos rendermos a esse sistema cruel, divisório e tantos outros adjetivos pejorativos existentes na língua portuguesa, nos tornaremos como Marx e Engels diz: “uma turba de famélicos escrofulosos, esgotados pelo excesso de trabalho.” (2009, p. 39).

Isto nos faz refletir sobre a condição dos trabalhadores rurais “assalariados por tempo determinado” (IAMAMOTO, 2001, p.152), nos detendo neste presente momento aos cortadores-de-cana, considerados partícipes do grande exército de reserva, ou seja, seres humanos aptos ao trabalho, porém, que tem negado este direito a inserção ao mercado econômico burguês. Estes operários sazonais contribuem para um setor da economia brasileira e mundial de extrema lucratividade para os grandes donos de empresas sucroalcooleiras e é neste contexto que subsumimos a seguir a realidade dos mesmos.

Para começarmos a detalhar estas relações conflitantes no âmbito rural/industrial, precisamos entender como é a caracterização da separação do trabalho urbano do rural.

“A divisão do trabalho no interior de uma nação começa por provocar a separação do trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola, e, com ela, a separação de cidade e campo e a oposição dos interesses de ambos. O seu desenvolvimento posterior leva a separação do trabalho comercial do industrial. Ao mesmo tempo, com a divisão

do trabalho, desenvolvem-se por sua vez, no seio desses diferentes ramos, diferentes grupos entre os indivíduos que cooperam, em determinados trabalhos. A posição de cada um desses grupos face aos outros é condicionada (bedingt) pelo modo como é realizado o trabalho agrícola, industrial e comercial (patriarcalismo, escravatura, estados, classes).” (MARX E ENGELS, 2009, p.26)

Percebemos nesta citação que os interesses das áreas camprestres e urbanas eram de cunhos diferentes, porém, com o avanço das tecnologias e das relações sociais, estas diferenças foram se entrelaçando e estreitando-se, compartilhando assim, interesses econômico-lucrativos e expandindo a proletarização encontrada até então nas cidades para o âmbito rural. Este processo não foi se estabelecendo de maneira harmoniosa, reflexiva, consciente pelos donos dos meios de produção e interessados na expansão. Simplesmente os interesses fomentos por lucro de uma minoria massacraram os da maioria, levando para os trabalhadores, pequenos proprietários de terras ou marginalizados um sistema grandioso, desigual, miserável. Iamamoto constitui em uma das passagens de sua pesquisa sobre os indivíduos no corte da cana, como essas relações se estabeleceram:

“As desigualdades que presidem o processo de desenvolvimento do país tem sido uma de suas particularidades históricas. O “moderno” se constrói por meio do “arcaico”, recriando nossa herança histórica patrimonialista ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformando-as no contexto de mundialização do capital sob a hegemonia financeira.” (IAMAMOTO, 2001, p. 101). E continua incluindo então, a grande participação do Estado como maior incentivador:

“A produção canavieira esteve historicamente submetida a forte regulação estatal, até os anos de 1990, quando desencadeia-se a relativa desregulamentação do setor sucroalcooleiro no Brasil.” (IAMAMOTO, 2001, p. 103)

Para fazermos uma retrospectiva deste processo começamos com a década de cinquenta com a eleição do então presidente Juscelino Kubtschek. O mesmo, em conjunto com sua assessoria, ela-

borou o famoso projeto “cinquenta anos em cinco” que agrupava seis grandes metas :

- 1- Energia;
- 2- Transportes;
- 3- Alimentação;
- 4- Indústria de base;
- 5- Educação;
- 6- Construção de Brasília.

Perguntamo-nos então o que isto tem a ver com o mar verde de cana . Porém, se percebermos esta foi uma das décadas de maior desenvolvimento econômico desta república federativa, onde o avanço foi significativo, levando para algumas regiões distantes este “progresso”, intensificando assim, o processo de industrialização rural. Não que isto já não estivesse acontecendo anteriormente, ou seja, em outros governos, porém, este projeto foi crucial para a expansão da economia brasileira em geral, mesmo que para isso, pagássemos um preço altíssimo dessa ousadia.

Continuando nesta linha de raciocínio vamos então dar um salto para os anos setenta. Uma década marcada pela guerra fria (EUA X URSS), por regimes autoritários militares, violentos, opressores financiados pelo “tio Sam”, Estados unidos, na América Latina, onde o Brasil, infelizmente, não virou exceção. Para localizarmos isso ao avanço da cana de açúcar recorreremos ao ano de mil novecentos e setenta e cinco, precisamente o dia quatorze de novembro, onde, o país em um ato desesperador devido a grande crise petrolífera decretou (nº 76.593) o Proálcool – Programa Nacional do Álcool. Ele tinha como intuito a estimulação da produção do álcool visando o atendimento às necessidades internas e externas da economia.

Segundo o site biodieselbr³, este programa histórico na produção sucroalcooleira teve três fases: A primeira foi nomeada como Inicial (1975- 1979), onde, os esforços do governo estavam na estimulação da produção acelerada de álcool. A segunda fase (1980- 1986) foi a da Afirmação, onde, houve a criação de organismos como

¹ Fonte retirada do site <www.universia.com.br>, consultado no dia dez de abril de dois mil e onze.

² Ver SILVA. Trabalho E Trabalhadores Na Região Do “Mar De Cana E Do Rio De Álcool”. 2005.

o CNAL (Conselho Nacional do Álcool) e o CENAL (Comissão Executiva Nacional do Álcool) para agilizar o programa e a terceira e última fase foi a da Estagnação (1986- 1995), onde com a falta de subsídios do Estado para o estímulo dos energéticos alternativos e com a baixa valorativa do barril de petróleo, houve um decréscimo no volume de investimentos nos projetos de produção interna de energia e a oferta de álcool não pode acompanhar o crescimento descompassado da demanda fazendo assim, o programa ruir se reestruturando para uma abertura do setor privado nesta economia.

Apesar do declínio do mesmo, o capitalismo não se desapropriou desta tecnologia, pois, enxergou nela, um grande potencial lucrativo. Com os avanços das tecnologias e as exigências mundiais para as responsabilidades sócio-ambientais, os usineiros investem cada vez mais e mais neste biocombustível. Para exemplificar citaremos um trecho do texto encontrado no site biodieselbr:

“Trinta anos depois do início do Proálcool, o Brasil vive agora uma nova expansão dos canaviais com o objetivo de oferecer, em grande escala, o combustível alternativo. O plantio avança além das áreas tradicionais, do interior paulista e do Nordeste, e espalha-se pelos cerrados. A nova escalada não é um movimento comandado pelo governo, como a ocorrida no final da década de 70, quando o Brasil encontrou no álcool a solução para enfrentar o aumento abrupto dos preços do petróleo que importava. A corrida para ampliar unidades e construir novas usinas é movida por decisões da iniciativa privada, convicta de que o álcool terá, a partir de agora, um papel cada vez mais importante como combustível, no Brasil e no mundo.” (BIODIESELBR, 2011)

Façamo-nos uma ressalva que o incentivo para o desenvolvimento e crescimento desta produção não vem só do setor privado. O Estado é um dos grandes incentivadores e financiadores, afinal, este setor é um dos mais lucrativos do país e está em potencial ascensão na economia mundial. A autora Maria Aparecida de Moraes Silva no seu artigo publicado em dois mil e cinco cita uma visita de um primeiro ministro japonês em conjunto com o então governador do estado de São Paulo Geraldo Alckimin e o Ministro da Agricultura Roberto Ro-

drigues em uma das usinas da região de Ribeirão Preto:

“No dia 12 de setembro de 2004, o primeiro ministro japonês, Junichiro Koizumi, sobrevoou os canaviais da Região de Ribeirão Preto/SP, na companhia do Governador do Estado, Geraldo Alckimin, e do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. Em entrevista ao Jornal Folha de S.Paulo, o ministro afirmou que a intenção em levar o primeiro ministro japonês a esta região era para que ele visse que aí existe “um mar de cana” e é produzido “um rio de álcool” todos os dias. Após visitar a usina São Martinho, que produz 2 milhões de litros de álcool diários, as autoridades brasileiras, bem como os usineiros, sentiram-se satisfeitos com as possibilidades de venda deste produto ao Japão, signatário do Protocolo de Kyoto, visando a solução de problemas ambientais e econômicos, graças a incorporação de 3% de álcool a gasolina (...). (SILVA, 2005, p.02).

Vimos claramente nesta citação a presença efetiva do Estado neste setor econômico brasileiro, mas, a autora continua sua dissertação fazendo uma crítica a essa visita e coloca nas entrelinhas as obscuridades deste sistema lucrativo na desvalorização do ser humano na sua essência:

“Se por um lado, a paisagem verdejante dos canaviais paulistas impressionou o representante japonês, imprimindo-lhe a imagem de um mar de cana, também presente ao visitar os gigantescos depósitos receptores de verdadeiros rios de álcool da referida usina, por outro lado, as imagens enegrecidas dos trabalhadores rurais pela fuligem da cana queimada, altamente poluente, seguramente não foram captadas pela visão do visitante, nem tampouco pelas palavras do Ministro da Agricultura brasileiro.” (SILVA, 2008, p. 02)

Percebemos que na economia positivista, exclusiva, o trabalho dos cortadores de cana ficam à margem das discussões e dos apontamentos lucrativos, benéficos, estatísticos brasileiros. Ninguém, PPP (Parceria Público Privado) e censo comum, se perguntam como que aqueles trabalhadores, grandes responsáveis pelos altos índices de lucro sobrevivem. Estes operários rurais participam de uma teia perversa que os expõem às condições mais precárias de trabalho existentes. São comparados como escravos pelos donos dos meios de produção, se esgotam, morrem nos campos verdes dos “mares de canas”⁴, submetem-se às piores drogas naturais e sintéticas para cum-

prir as exigências e metas dos usineiros e seus “capachos”, têm-se os seus direitos velados e pior, devido a falta de acesso e criação de Políticas Públicas fortificadas e órgãos fiscalizadores das vigências das mesmas, estes trabalhadores ficam calados, não se movimentam porque acham que o sistema é assim mesmo e que Deus quis que fosse assim. Não estamos generalizando, é claro que existem as exceções, porém, elas são mínimas perante a esse grandioso sistema vexatório.

Para piorar o que já é insuportável, em dezenove de setembro de dois mil e dois foi vigorada a lei de nº 11.241 que dispõe a eliminação gradativa da queima da cana para o seu corte, “obrigando” assim as indústrias sucroalcooleiras a mecanizarem seu processo até o ano de dois mil e quinze. Estas em conjunto com o governo Federal, Estadual, estão investindo milhares de reais para a compra e desenvolvimento de máquinas que substituem predominantemente o trabalho humano, lembrando que sempre por detrás de uma máquina existe a mão de obra do homem.

5. RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se os reacionários conservacionistas etilistas acham que mecanizar o âmbito dos canaviais quase na sua totalidade é a melhor saída, é porque não questionaram algumas coisinhas. Por exemplo: O que vai acontecer com esses milhares de trabalhadores (as) e suas famílias? Para onde eles vão? Como eles irão sobreviver? (Já que o salário pago pelos usineiros da região de Catanduva é por volta de R\$ 3,51 por tonelada de cana; e nem este mísero trocado eles irão ter). Ah, por que paga-se tão pouco para estes trabalhadores que literalmente oferecem suas vidas e proporcionam aos donos dos meios de produção lucros exorbitantes? Achamos que estes questionamentos não foram feitos pelo Estado e muito menos por estes produtores do setor agrícola; e se feitos, simplesmente foram ignorados.

Esclarecemos que o objetivo desta pesquisa é questionar o processo de mecanização que o Capitalismo quer empregar, desconside-

⁴ Ver SILVA. Trabalho E Trabalhadores Na Região Do “Mar De Cana E Do Rio De Álcool”. 2005.

rando todos os direitos a vida e a liberdade destes trabalhadores sazonais, deixando claro que a maquinaria não é um artifício ruim e sim a maneira da qual o sistema se apropria dela. Se ela fosse utilizada em prol dos trabalhadores e não “tomando o lugar” deles, este conflito seria cessado e o que era para ser um “inimigo” se tornaria um aliado da classe proletária.

6. FONTES CONSULTADAS

AURÉLIO, Editora Nova Fronteira- RJ, 1985

VASQUEZ, A. S. Filosofia da práxis. Editora Expressão Popular, 2007

MARX, K. ENGELS, F. A Ideologia Alemã, Editora Expressão Popular, 2009

IAMAMOTO, M. V. Trabalho E Indivíduo Social, Editora Cortês, 2001

SILVA, M. A. M. Trabalho E Trabalhadores Na Região Do “Mar De Cana E Do Rio De Álcool”, Artigo Científico, 2005.

PROALCOOL. Biodiesel Brasil. Disponível em: <www.biodieselbr.com.br> . Acesso em 10 de abril de 2011.

MARQUES, Renato. Universia. Disponível em <www.universia.com.br> . Acesso em 10 de abril de 2011.

